



Proposição: PLEI - Projeto de Lei

Número: 000403/2025

Processo: 11052-00 2025

Autoria: Laiz Perrut

Ementa: Institui, no Município de Juiz de Fora, o programa “Merendendo Saúde”, que dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada da educação básica municipal.

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER Nº: 406/2025.

I. RELATÓRIO

Solicita o Ilustre, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 403/2025, que: "Institui, no Município de Juiz de Fora, o programa "Merendendo Saúde", que dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada da educação básica municipal".

Trata-se de projeto de lei que busca promover hábitos alimentares saudáveis entre crianças e adolescentes no ambiente escolar, mediante ações educativas, restrições à comercialização de alimentos ultraprocessados e proibição de publicidade de produtos inadequados à saúde infantil.

É o relatório. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Pela ordem, as Cartas Magna e Mineira dispõem sobre normas que autorizam os Municípios a legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P290258



Constituição Federal:

Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Constituição Estadual:

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local...

Assim, o Município possui competência para dispor sobre promoção da saúde e da alimentação adequada no ambiente escolar, sobretudo nas unidades públicas sob sua administração e, de forma normativa, para regulamentar práticas em escolas privadas, desde que o faça em caráter de interesse local e de proteção da criança e do adolescente.

O projeto está em harmonia com políticas públicas federais já existentes, em especial: A Lei Federal nº 11.947/2009, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos, ambos do Ministério da Saúde; e Lei nº 13.666/2018, que insere a educação alimentar e nutricional como tema transversal nos currículos escolares.

Ao se apoiar nesses instrumentos, o projeto não cria obrigação nova em conflito com normas federais, mas reforça a execução local de políticas de promoção da alimentação saudável.

O projeto também impõe restrições à comercialização e publicidade de alimentos em escolas particulares.

Embora o poder público municipal tenha legitimidade para adotar medidas de proteção à saúde e ao consumidor, foi formalizado de modo razoável e proporcional, sem interferir indevidamente na liberdade de iniciativa (art. 170, caput, CF).

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P290258



Neste caso, as exigências se limitam à proibição de venda de alimentos ultraprocessados e à vedação de publicidade dirigida a crianças, o que encontra respaldo no art. 37, §2º, do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe publicidade abusiva, e no ECA (Lei nº 8.069/1990), que protege o desenvolvimento físico e moral do menor.

Dessa forma, as restrições impostas não configuram invasão indevida na atividade econômica, mas medidas legítimas de saúde pública e proteção infantojuvenil.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, não se identifica vício, uma vez que o projeto não cria cargos, funções ou interfere na organização administrativa do Poder Executivo, limitando-se a autorizar a instituição de uma política pública, cuja implementação concreta dependerá de regulamentação posterior e da conveniência administrativa.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, sem adentrarmos no mérito da proposição, arrimados nas disposições constitucionais, legais, doutrinárias e jurisprudenciais apresentadas, **concluimos que o projeto de lei é CONSTITUCIONAL e LEGAL.**

Por derradeiro cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo. O Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua incontestável obra "Direito Administrativo Brasileiro", leciona:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou."

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.

Palácio Barbosa Lima, 5 de novembro de 2025.



Marcelo Peres Guerson Medeiros
Assessor Técnico

Aprovo o parecer em 05/11/2025
Luciano Machado Torrezio
Diretor Jurídico Adjunto

